

Mogi vai à Justiça para não assumir iluminação pública

Prefeitura moverá ação contra medida da Aneel que repassa ao Município a responsabilidade pelo serviço que hoje é da EDP

A Prefeitura de Mogi irá mover uma ação judicial contra a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para tentar impedir que o Município venha a arcar com os serviços de iluminação pública, hoje sob responsabilidade da EDP Bandeirante. É o que revela a coluna **Informação**. Segundo informações, o prefeito Marco Bertaiolli (PSD) não aceita criar a contribuição de iluminação para assumir o serviço. **PÁGINA | 2**

INFORMAÇÃO

Mogi vai à Justiça para não assumir iluminação pública

O Município de Mogi das Cruzes irá ingressar na Justiça contra a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que determina à Prefeitura Municipal que assumirá, a partir de janeiro do próximo ano, os serviços de manutenção da iluminação pública, atualmente sob responsabilidade da EDP Bandeirante. Segundo determinação da Aneel, a partir de janeiro de 2014, todas as prefeituras do País deverão ficar responsáveis pelos serviços de iluminação das cidades, assim como pela manutenção de lâmpadas e redes, ficando a EDP e outras concessionárias com a responsabilidade de fazer com que a energia elétrica chegue até aos municípios por

meio das redes distribuidoras. Para compensar a nova carga de trabalho e responsabilidade transferida para as administrações públicas municipais, a Aneel permitirá a criação da contribuição de iluminação pública pelas prefeituras, a ser cobrada da população. Uma contribuição que em Mogi das Cruzes atualmente não existe. Apesar de a decisão sobre a transferência dos serviços ter sido anunciada há algum tempo, somente agora as prefeituras em geral estão se mobilizando contra ela, já que terão de terceirizar tais serviços por não possuírem *know how* para executar esse tipo de trabalho. O deputado federal Junji Abe (PSD) já se manifestou na Câmara

Município vai contestar uma decisão tomada pela Aneel, válida para 2014

Federal pedindo mais prazo para as prefeituras. O prefeito de Mogi, no entanto, está irredutível. Marco Bertaiolli (PSD) promete ir à Justiça alegando que “o Município não tem motivo e nem deseja criar uma nova contribuição para a população pagar”. O corpo jurídico da Prefeitura ingressará na Justiça com ação para impedir a transferência dos serviços juntamente com um pedido de liminar para a suspensão imediata da medida determinada pela Aneel.

Darwin Valente
darwin@odiariodemogi.com.br

